



**ACÓRDÃO Nº370/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11354/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
- 4- **Responsável:** Suzane Cruz Fonseca, Alessandro Ribeiro e Helio Ferreira da Silva
- 5- **Advogado:** Não Possui
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8433/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 14103), da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, de responsabilidade do Senhor **Alessandro Ribeiro**, Secretário Executivo do Tesouro, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 14103).
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 14103), da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, de responsabilidade da Senhora **Suzane Cruz Fonseca**, Ordenadora de Despesas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017 (U.G: 14103), da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, de responsabilidade do Senhor **Helio Ferreira da**



**ACÓRDÃO Nº370/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**Silva**, Secretário Executivo do Tesouro, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.4. Dar quitação** ao Senhor **Alessandro Ribeiro**, Secretário Executivo do Tesouro, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.5. Dar quitação** à Senhora **Suzane Cruz Fonseca**, Ordenadora de Despesas, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.6. Dar quitação** ao Senhor Helio Ferreira da Silva, Secretário Executivo do Tesouro, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.7. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:
- a)** Ausência do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno, conforme exigência contida no inciso III, do artigo 10 da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE-AM) c/c o artigo 77, do Decreto Estadual nº 7.682 de 29 de dezembro de 1983;
  - b)** Inexistência de disponibilidade de caixa, havendo, contudo, saldo registrado como Restos a Pagar, o que acarreta a ausência de recursos para custeio das obrigações assumidas, sendo esta conduta afrontosa às disposições do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.
- 10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 15 de Abril de 2020



**ACÓRDÃO Nº370/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral